



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVÇÃO.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

MODALIDADE	Ado18/2021
PA	103/2021
FLS	283
ASSINATURA	Evail

Processo Administrativo nº: 103/2021

Partes interessadas: Secretaria Municipal de Assistência Social

Assunto: Exame da Adesão a Ata de Registro de Preço, oriundo do Pregão Presencial nº 008/2021.

PARECER/CPL Nº 98/2021

Exame Prévio de Minuta Editalícia. Modalidade: Adesão à Ata de Registro de preços N.º 008/2021, oriunda do PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 008/2021, Processo Administrativo N.º 28/2021 – Prefeitura Municipal de Tufilândia/MA. Requisitante: Secretaria Municipal de Assistência Social. Objeto: Registro de Preço para Eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de urnas funerárias, vestimentas, serviço de traslado e formalização e serviço de velório, visando atender as demandas da Secretaria de Assistência Social do município de Bom Jardim- MA. Aprovação.

Inicialmente, cumpre destacar que, para exame e parecer, foi enviado a esta Assessoria Jurídica, os autos do processo N.º 103/2021 referente à licitação pública na modalidade *Adesão a Ata de Registro de Preços, cujo objeto é a Registro de Preço para Eventual contratação de pessoa(a) jurídicas(s) especializada no fornecimento de urnas funerárias, vestimentas, serviço de traslado e formalização e serviço de velório, visando atender as demandas da Secretaria de Assistência Social do município de Bom Jardim- MA.*

Ademais, a matéria é trazida à baila para apreciação jurídica em cumprimento ao parágrafo único do art. 38, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O presente parecer não se restringirá ao exame exclusivo da minuta de edital, mas também dos atos do procedimento licitatório realizados até então. O ato convocatório se caracteriza como uma das peças do processo, com atos anteriores que funcionam como condições necessárias à sua elaboração, sendo infrutífero analisá-lo como se fosse peça autônoma, apta a produzir efeitos por si só.

Vale dizer que o exame prévio do edital tem índole jurídico-formal e consiste, via de regra, em verificar nos autos, o estado em que se encontra o procedimento licitatório.

Feitas as considerações iniciais, passo ao exame de estilo.

A presente análise jurídica deve- se pautar na Lei 8.666/93, que em seu artigo 15, inciso II, estipula que o sistema de compras deve obedecer um sistema de registro de preços.

Não obstante a Controladoria- Geral da União, na cartilha Sistema de Registro de Preços, define- o como:



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVÇÃO.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

MODALIDADE
PA 103/2021
FLS 284
Em
ASSINATURA

[...] um procedimento com base em planejamento de um ou mais órgãos/entidades públicas para futura contratação de bens e serviços, por meio de licitação na modalidade de concorrência ou pregão, em que as empresas vencedoras assumem o compromisso de fornecer bens e serviços a preços e prazos registrados em uma ata específica.

Portanto, as licitações na modalidade pregão e concorrência fazem surgir o compromisso em fornecer bens e serviços registrados em uma ata específica, criando segurança jurídica para o ente público licita-se.

A criação de uma ata específica resultado da licitação, cria, portanto, a possibilidade de outro ente público a aderir-la, como forma de supressão dos gastos da máquina pública, desde que a proposta firmada no ato licitatório seja vantajosa.

Foi apresentado a esta Assessoria consulta da Secretaria Municipal de Assistência Social, notadamente acerca do regular atendimento aos preceitos e exigências normativas na Adesão ao Processo de Carona Nº 28/2021, devidamente autorizado o qual apresenta como objeto Registro de Preço para Eventual contratação de pessoa(a) jurídica(s) especializada no fornecimento de urnas funerárias, vestimentas, serviço de traslado e formalização e serviço de velório, visando atender as demandas da Secretaria de Assistência Social do município de Bom Jardim-MA, mediante ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2021 celebrada em decorrência do certame licitatório, modalidade Pregão Presencial SRP Nº 08/2021 promovido pela Prefeitura Municipal de Tufilândia/ MA.

Como é sabido, o artigo 15 da Lei nº 8.666/93, prevê a possibilidade dos demais órgãos da administração pública que não tenham participado do Registro de Preços fazerem uso das atas já celebradas, durante a sua vigência, na condição de órgão aderente, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem. Trata-se, pois, da figura do "carona", largamente utilizado nos dias atuais, que propicia uma maior celeridade e um melhor aproveitamento dos recursos públicos, visto que reduz o custo e o tempo nas contratações, sem prescindir da realização de procedimento licitatório prévio.

É cediço que, para a validade e eficácia da extensão da ata de registro de preços aos órgãos não participantes, é necessário o preenchimento de uma série de requisitos, a saber:

- 1- existência de licitação anterior, em decorrência da qual foi celebrada ata de registro de preços;
- 2- interesse do órgão aderente em utilizar a ata celebrada;
- 3- avaliação em processo próprio de que os preços e condições da ata de registro são vantajosos (fato que pode ser revelado através de simples pesquisa);
- 4- prévia consulta e anuência do órgão gerenciador sobre a utilização da ata;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

MODALIDADE	Ado18/2021
PA	103/2021
FLS	285
ASSINATURA	Euel

- 5- indicação pelo órgão gerenciador dos possíveis fornecedores;
- 6- consulta e aceitação pelo fornecedor da contratação pretendida, mantidas as mesmas condições do registro. Com efeito, todos estes requisitos estão evidenciados na normatização municipal e são indispensáveis a Prefeitura Municipal de Bom Jardim/MA.

Vale mencionar, no mais, que, feita tal observação e compulsando os autos, verifica-se a conformidade do procedimento, edital e minuta contratual às normas da Lei nº 8.666/93, bem como à Lei nº 10.520/2000 e, na ausência de regulamentação municipal, do Decreto Federal nº 7.892/2013.

Pelo exposto, e em atendimento ao disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta PGM OPINA pela aprovação da minuta do instrumento convocatório e do contrato, podendo o certame ter prosseguimento.

Assento, por derradeiro, que este Parecer não vincula, de qualquer modo, as decisões futuras que, porventura, sejam tomadas no decorrer deste procedimento, tendo em vista seu caráter opinativo.

Junte-se cópia deste parecer ao presente processo administrativo.

Salvo melhor entendimento,
é o parecer.

Bom Jardim/MA, 21 de junho de 2021.

KELCIMAR VIRGINO SILVA JUNIOR

Portaria nº 149/2021 - GB

Assessor Jurídico

OAB/DF 57.257